

**N 250**

# **250 anos** **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

**Maria Inês Queiroz**  
**Inês José**  
**Diogo Ferreira**

**N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Março 2020

[www.incm.pt](http://www.incm.pt) · [prelo.incm.pt](http://prelo.incm.pt) · [facebook.com/incm.livros](https://facebook.com/incm.livros) · [editorial.apoiocliente@incm.pt](mailto:editorial.apoiocliente@incm.pt)

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

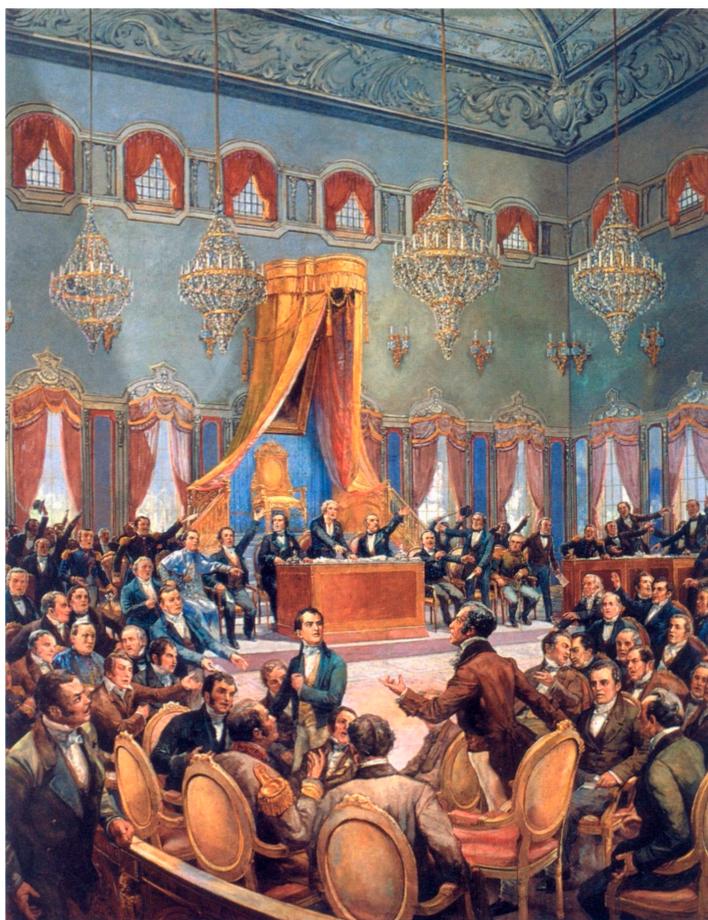
Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

VOLUME 02 |

## A IMPRENSA NACIONAL

### COMO «PROPRIEDADE DA NAÇÃO»

Os primeiros anos do século XIX marcaram um período especialmente conturbado da história da Imprensa Régia. Com as invasões francesas e a consequente fuga da corte para o Brasil, as oficinas foram ocupadas pelas tropas de Junot, que passaram a controlar os meios de produção da informação e a interferir nas suas impressões. O mesmo sucedeu com uma promissora fábrica de papel instalada em Alenquer, que se pensava vir a fazer parte da Imprensa Régia, mas que acabou destruída com a passagem dos franceses pelo território português. A Revolução Liberal de 1820 também se fez sentir nas relações entre a Imprensa Régia e o Estado, que alterou simbolicamente a sua designação para Imprensa Nacional, por se tratar de «propriedade da Nação».

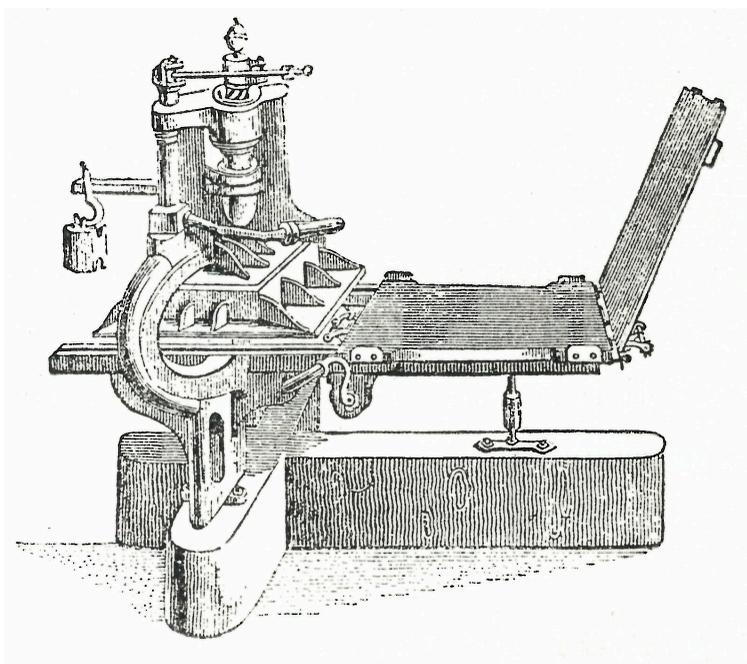


Sessão das Cortes de Lisboa. Óleo sobre tela, de Oscar Pereira da Silva, 1922.

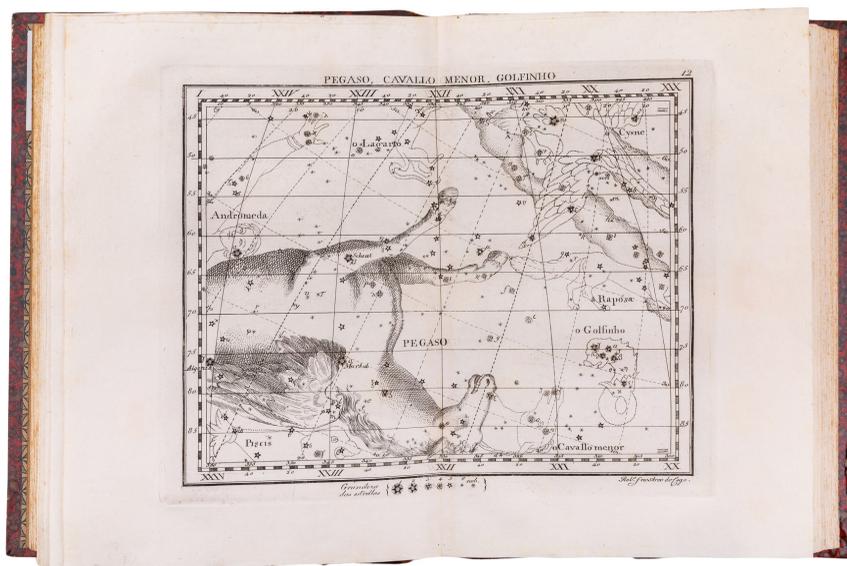
### PARA «SERVIR MUITO PROVEITOSAMENTE AO PÚBLICO»

Nos primeiros anos do século XIX, a Imprensa Régia foi colocada sob administração de uma Junta Económica e Administrativa, apostando no desenvolvimento das suas coleções de tipos e vinhetas para substituir materiais deteriorados pelo uso excessivo e responder ao reforço de medidas protecionistas da indústria de letra nacional. Por esta altura adquiriu também os primeiros prelos em ferro do sistema inglês *Stanhope*. Foi, provavelmente, o primeiro material do género a chegar a Portugal e terá resultado de uma troca com o quartel-general britânico, ao qual se cederam pequenas prensas de madeira cujo peso se adequava melhor aos serviços do exército em campanha.

Prensa tipográfica, do sistema *Stanhope*. Publicado por Ramiro Farinha, *Imprensa Nacional de Lisboa. Sinopse da Sua História*, Lisboa, 1969, p. 24.



Neste início de oitocentos, a Imprensa Régia reforçou a sua posição ao receber novos direitos de impressão, num contexto em que a forte tensão política nacional e internacional tornava estratégico o reforço de poderes das instituições públicas. A invasão franco-espanhola do território português, em 1801, mais conhecida como Guerra das Laranjas, a crescente convulsão política interna entre anglófilos e francófilos e o ambiente de conspiração decorrente do avanço das tropas napoleónicas e dos interesses espanhóis (cuja conspiração foi protagonizada pela própria rainha Carlota Joaquina) contribuíram certamente para um reforço da importância estratégica das instituições do Estado. Foi nesta conjuntura que se deram os primeiros passos para o futuro exclusivo da publicação e circulação da legislação, documentos e normas oficiais pela Imprensa Régia.



As publicações científicas, sobretudo destinadas ao ensino, fizeram parte da produção editorial da Imprensa Régia deste início de século. A primeira edição portuguesa do *Atlas Celeste* de Jean Baptiste Fortin, foi publicada em 1804 e revista pelo matemático e astrónomo Francisco António Ciera e pelo engenheiro militar Custódio Villas Boas.

Logo em 1803, as relações com outros setores da Administração Pública foram reforçadas pela concessão de exclusivos de impressão importantes. O Decreto, de 19 de abril, assinado no Palácio de Queluz, num contexto em que o príncipe regente D. João VI desejava «seguir as brilhantes pisadas» dos seus antecessores e «manter em respeitosa observância as suas luminosas instituições» para que a Imprensa Régia pudesse «mais amplamente florescer e servir muito proveitosamente ao público, tanto na perfeição das obras, como na comodidade dos preços», concedeu-lhe o «privilégio privativo, e exclusivo de que só nela se possam imprimir todos, e quaisquer Papéis volantes do tráfego económico civil, e mercante de uso diário, e mais misteres do Reino, e Conquistas» e que incluía um largo conjunto de documentos. A atribuição destes privilégios de impressão não se fez sem a resistência das oficinas tipográficas particulares, sobretudo quando se tratava de edições rentáveis. Além dos exclusivos de impressão atribuídos em 1803, a Régia Oficina Tipográfica foi também dotada de maior autonomia no plano da censura, que passou a fazer-se através da sua Junta Literária e com menor número de censores, permitindo agilizar e acelerar os processos de publicação, por exemplo, de folhas noticiosas.

A proteção e desenvolvimento da indústria tipográfica nacional passou também pelo setor papelero. Em 1802 foi constituída uma nova unidade industrial, embora com um percurso relativamente contido e uma relação pouco clara com a Imprensa Régia. A sua criação decorreu da crescente procura e consequente falta de papel de qualidade no Reino, levando a coroa a promover a instalação de uma fábrica de papel na vila de Alenquer, na proximidade de águas correntes. Em agosto desse ano, foi constituída uma sociedade composta por oito investidores portugueses (a maioria dos quais ligada à indústria do



Tórculo em madeira para impressão, executada pelo fabricante de instrumentos de precisão Jacob Bernard Haas [1802-1810]. Coleção Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

tabaco), que assumiu a concessão da fábrica por 25 anos, após os quais deveria transitar para a Imprensa Régia.

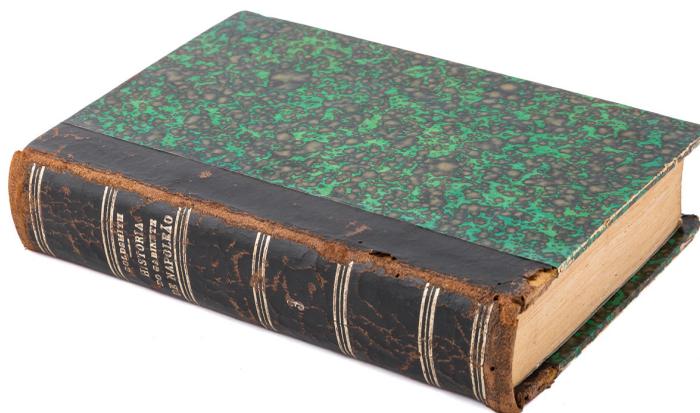
Nesta fase, a fábrica de papel teve vida efémera, vendo-se obrigada a encerrar depois das destruições provocadas pela terceira invasão francesa, em 1810. Apesar da sua posterior reabertura, a guerra civil entre liberais e absolutistas forçou novo encerramento de portas, em 1829, devido às ligações da direção e do operariado ao setor liberal, acabando por permanecer encerrada até 1850. Nessa altura, foi ordenada a venda em hasta pública de todo o equipamento e materiais, transferidos para outra sociedade que deu lugar à Companhia de Papel de Alenquer e que, no final da década de 1880, converteu a produção para o fabrico de lanifícios.

### AO SERVIÇO DE NAPOLEÃO

A primeira invasão francesa do território português, em novembro de 1807, introduziu alterações profundas no quotidiano político, económico e social do país, com grande impacto na tipografia do Estado, que foi ocupada pelas tropas napoleónicas. Por ordem de Junot, de 16 de julho 1808, foi determinado que «na Imprensa Régia se não imprima papel algum de qualquer natureza que seja, sem proceder licença do Conselheiro do Governo Intendente Geral da Polícia», controlando-se, simultaneamente, a publicação da *Gazeta de Lisboa*, então impressa na oficina de António Galhardo.

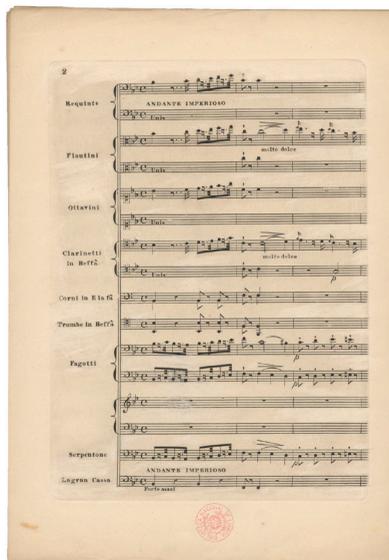
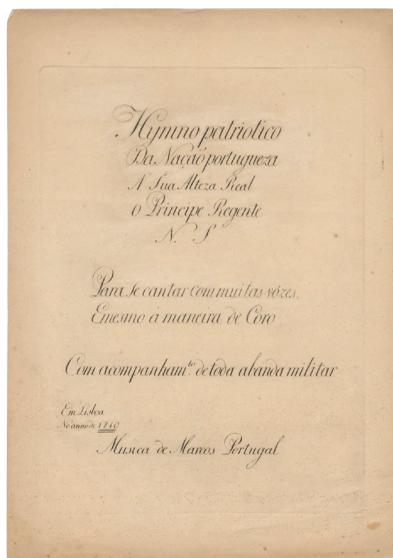
A fuga da corte portuguesa para o Brasil em 1808 levou à criação, em maio, da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (atual Imprensa Nacional do Brasil) para que pudesse imprimir toda a legislação e documentos diplomáticos das repartições reais, entre outras obras. Numa fase inicial, a nova oficina recorreu aos prelos e às instalações militares destinados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Em setembro, foi criada a *Gazeta do Rio de Janeiro* que depois da independência do Brasil foi transformada em jornal oficial do governo.

*História Secreta do Gabinete de Napoleão Bonaparte...*,  
L. Goldsmith, (trad. pt), parte III,  
Imprensa Nacional, 1811. Edição da  
Imprensa Régia após o fim das  
invasões francesas. Coleção  
Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



No plano material, o período das invasões francesas foi particularmente devastador para a tipografia régia, que se viu obrigada a reduzir despesas e recursos ao longo dos anos seguintes para compensar a «invasão estragadora dos Franceses», que tinham multiplicado «o trabalho e despesas como foram multiplicados os seus caprichos de que o público foi testemunha».

O impacto da guerra peninsular perdurou no tempo e na memória nacional, quer em termos de perdas materiais e humanas quer pelo que significou no plano simbólico. Neste último caso, refira-se o papel da Imprensa Régia no processo de reafirmação da monarquia portuguesa e da identidade nacional. Foi nesse contexto que o príncipe regente, além de lhe perdoar as dívidas decorrentes da ocupação, fez estampar na Imprensa Régia 120 exemplares do *Hino Patriótico*, composto em 1808 por Marcos Portugal em sua homenagem — sendo o primeiro hino oficial português até à sua substituição pelo *Hino da Carta* —, e deu ordem para traduzir e imprimir a relação dos nomes dos britânicos e portugueses residentes na Grã-Bretanha e Irlanda que formaram uma subscrição de auxílio às vítimas portuguesas das invasões francesas.



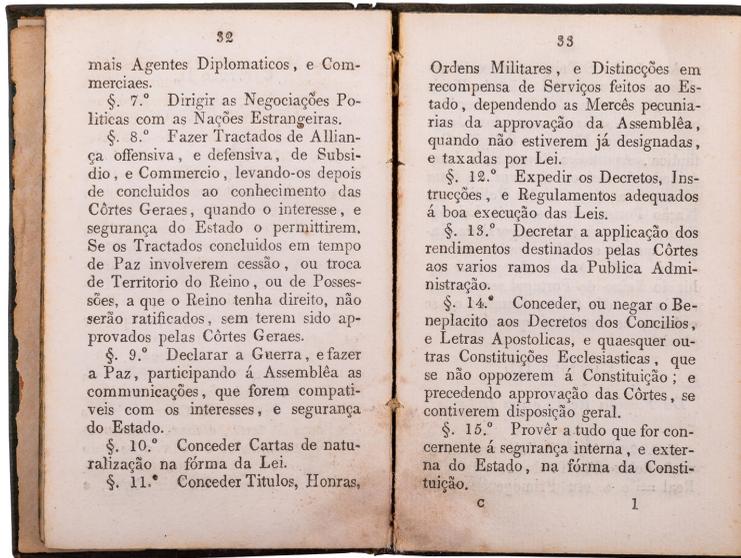
*Hymno patriótico da Nação Portuguesa a Sua Alteza Real O Príncipe Regente N. S.: para se cantar com muitas vózes e mesmo à maneira de Coro com acompanhamento de toda a banda militar.* Música de Marcos Portugal, 1810. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.

## ENTRE LIBERAIS E ABSOLUTISTAS

Com a Revolução Liberal de 1820, assinalou-se uma viragem importante nas relações entre a Imprensa Régia e o Estado, materializada nos exclusivos de impressão de legislação, das sessões da corte, da Constituição de 1822 e da Carta Constitucional de 1826. Sob o liberalismo, cresceu também o número de periódicos, fruto das primeiras leis de liberdade de imprensa, e multiplicaram-se as oficinas particulares, o que gerou uma nova tensão perante os serviços tipográficos do Estado. Mas foi também nos alvares da monarquia constitucional

que se instalaram os primeiros equipamentos litográficos e se afirmaram alguns dos exclusivos mais importantes.

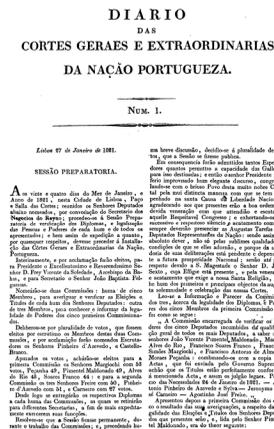
Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, Imprensa Nacional, 1826. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



No plano simbólico, a afirmação liberal também deixou marcas interessantes na tipografia régia: em 22 de dezembro de 1820, a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino determinou que «do primeiro de janeiro do ano próximo de 1821, por diante, a Imprensa Régia se denomine e chame em todos os impressos e atos públicos e particulares, = Imprensa Nacional =, por ser esta uma Propriedade da Nação». Assumia-se, com esta mudança, um dos princípios da revolução vintista: a soberania proveniente da nação ou da união de todos os portugueses, colocando a Imprensa na afirmação do seu papel público.

O percurso da Imprensa Nacional nas duas décadas seguintes confunde-se com a história do país, refletindo dramaticamente a tensão entre liberais e absolutistas, vivendo por dentro resistências e jogos de poder, enfim, acompanhando avanços e recuos neste caminho conturbado até à efetiva afirmação da monarquia liberal. A produção impressa deste período permite mesmo retratar os principais episódios da história da Revolução Liberal, refletida, por exemplo, na encomenda régia de obras como *Os Direitos e Deveres do Cidadão*, de Gabriel Bonnot de Mably, na legislação publicada e na impressão de documentação oficial. Destaque-se ainda a oferta pelo gravador puncionista da Imprensa Nacional, Manuel Luís Rodrigues de Viana (antigo gravador do Arco do Cego), da gravura e estampa do projeto de Cartas Constitucionais, cuja impressão foi encomendada à Imprensa Nacional pelas cortes gerais extraordinárias, em maio de 1821. Em 5 de julho, após a chegada de D. João VI a Lisboa, foi também mandado imprimir na Imprensa Nacional o decreto que declarou extinta a regência do reino.

Primeiro número do *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Sessão preparatória, de 24 de janeiro, e primeira sessão das Cortes, de 26 de janeiro de 1821. A impressão dos debates parlamentares foi desde logo assegurada pela Imprensa Nacional.



## PEDRAS PARA IMPRIMIR

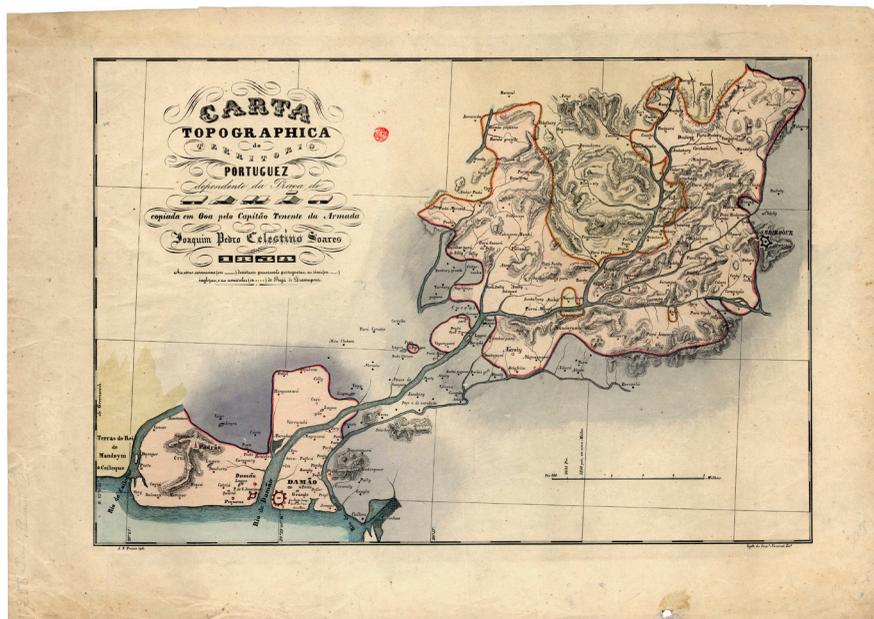
Os anos trinta do século XIX assinalaram outras mudanças que, no plano tecnológico e artístico, levaram a Imprensa Nacional a reajustar as oficinas e o ensino profissional. Sob a administração de Rodrigo da Fonseca Magalhães, em agosto de 1833, a aula de gravura foi extinta e o seu último diretor, Gregório Francisco de Queiroz, foi afastado, num contexto de decadência da gravura em metal.



Pedra litográfica (s/d). Pedra calcária utilizada em reprodução litográfica (s/d). Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Foi nesta conjuntura que se introduziu a técnica litográfica nas oficinas da Imprensa Nacional. A litografia, desenvolvida por Alois Senefelder nos últimos anos do século XVIII, foi introduzida em França em 1815 e em Inglaterra em 1820. Chegou a Portugal em 1822, através de Luís Mouzinho de Albuquerque, que enviou ao pintor e desenhador Domingos de Sequeira uma prensa, pedras litográficas e outros materiais. Na Imprensa Nacional, a Oficina Litográfica foi criada em julho de 1837, sob direção de Carlos José de Almeida Amaral e por estímulo do mestre da Fábrica de Cartas, Joaquim Santos, para substituir o tradicional processo xilográfico de estampagem de cartas.

Carta topográfica do território português dependente da praça de Damão, copiada em Goa pelo capitão, tenente da Armada, Joaquim Pedro Celestino Soares, Lisboa, Litografia da Imprensa Nacional, 1838. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.

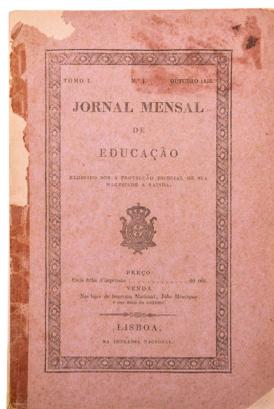


Esta técnica partiu do uso de pedra calcária originária da região de Munique, na qual podiam ser aplicados desenhos de pormenor pelo uso de lápis gordos ou tinta. O desenho resulta da acumulação de gordura sobre a superfície, sendo a matriz composta por água (parte branca da impressão, repelindo a gordura) e por gordura que, por sua vez, repele a água. A partir da prensa litográfica, era então possível imprimir múltiplas cópias.

### UMA EDITORA PÚBLICA NO «SÉCULO DA INSTRUÇÃO»

Com a emergência do liberalismo português, começaram a afirmar-se os projetos de instrução pública, num ensaio reformista mais alargado da sociedade portuguesa e que, décadas mais tarde, ocuparia um lugar central na propaganda e política republicana. Na década de 1830, sob a breve administração de Oliveira Marreca, economista, escritor, professor e parlamentar e um dos precursores do republicanismo no nosso país, a Imprensa Nacional apostou numa primeira experiência editorial de promoção da instrução pública com a criação de um *Jornal Mensal de Educação*. O projeto de Oliveira Marreca, o primeiro deste género, beneficiou do apoio régio e assumiu um carácter oficial.

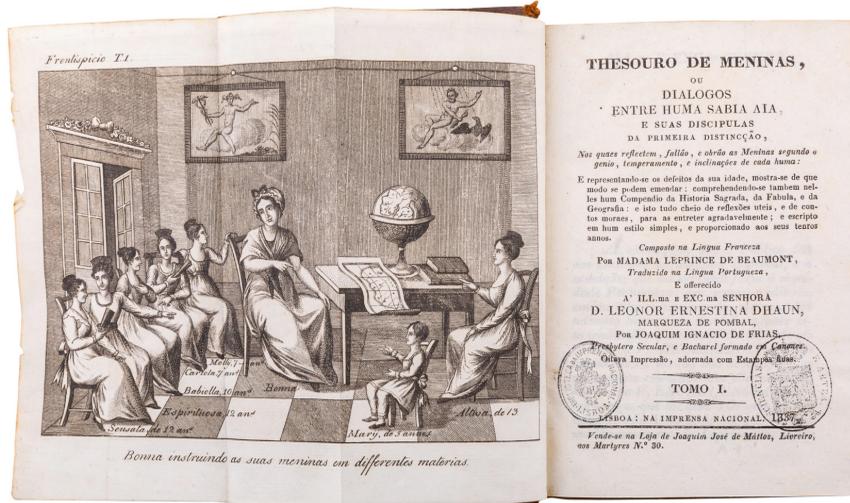
A criação de uma publicação periódica dedicada à educação compaginava-se com o recém publicado Regulamento Geral da Instrução Primária e pretendia dar a conhecer novos métodos de ensino e publicações de interesse pedagógico. A conceção do programa ficou a cargo de Oliveira Marreca, também responsável pela redação, que propôs divulgar os principais métodos estrangeiros de educação primária, incluir alguns exercícios práticos de análise lógica e crítica ou apresentar, por fases, os métodos desenvolvidos por autores



Primeiro volume do *Jornal Mensal de Educação*, n.º 1, outubro 1835.

estrangeiros como Pestalozzi ou Jacotot. O primeiro número, de outubro de 1835, contou com o auxílio do deputado António Luís de Seabra.

Embora pioneira e por isso marcante no panorama da política educativa do país, a publicação não obteve o impacto esperado e o insucesso tornou-se evidente com o número limitado de vendas do primeiro volume, que não terá ultrapassado 10 ou 12 exemplares.



*Thesouro de meninas, ou diálogos entre huma sábia aia suas discipulas...* de Jeanne-Marie LePrince de Beaumont. A obra, publicada pela primeira vez em França em meados do século XVIII, foi impressa por diversas vezes na Imprensa Nacional, correspondendo esta à oitava edição, de 1837, traduzida em português e incluindo várias estampas, como oferta a «D. Leonor Ernestina Dhaun, Marquiza de Pombal por Joaquim Inácio de Frias».

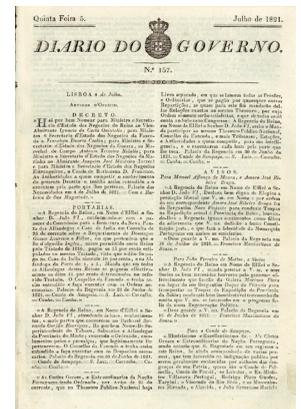
Embora suspenso depois do primeiro número, em que deixou artigos sobre a educação da mulher, o ensino público em Portugal, os sistemas de instrução primária e várias compilações estatísticas, este *Jornal Mensal de Educação* representou um primeiro passo do liberalismo na promoção do ensino elementar, daquele que ficou conhecido como o «século da instrução pública» e no qual a Imprensa Nacional haveria de participar ativamente.

## DA GAZETA DE LISBOA AO DIÁRIO DO GOVERNO

Foi também a partir do liberalismo que se reforçaram os exclusivos de impressão de legislação e que se atribuiu à Imprensa Nacional a responsabilidade de impressão do *Diário do Governo*, dos diários das sessões da corte e da Constituição.

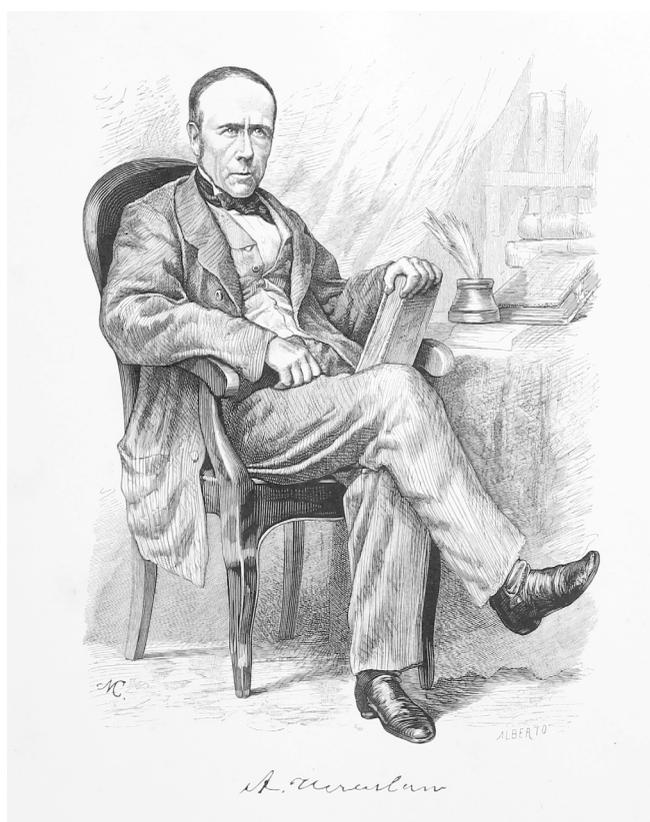
A *Gazeta de Lisboa*, na origem mais remota do atual *Diário da República*, foi publicada por tipografias privadas a partir de 1715 e era inicialmente dedicada a notícias da vida das cortes europeias, do quotidiano religioso e de acontecimentos políticos, sociais e económicos. Esta *Gazeta* tinha sido impressa na Imprensa Régia entre 1778 e 1803 e entre 1814 e 1820, assumindo progressivamente um carácter de folha oficial até ao *Diário do Governo*, criado com esta designação em outubro de 1820 e que até à década de 60 atravessou várias mudanças de título. Com uma primeira curta existência até fevereiro de 1821, este primeiro

Exemplar do *Diário do Governo* de 5 de julho de 1821.



*Diário do Governo* articulava um papel noticioso e instrutivo com informação administrativa de interesse público, chegando a fundir-se temporariamente com a *Gazeta*, em dezembro de 1820. Criada pela Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, esta «nova Folha intitulada *Diário do Governo*» ficou isenta de censura desde que o original ou a primeira prova fossem rubricados pelo deputado encarregado dos Negócios Estrangeiros, num contexto de redução gradual do controlo da informação nesta fase do vintismo. O novo *Diário* foi anunciado pela *Gazeta de Lisboa* em 18 de outubro, fazendo saber que, além da componente noticiosa e oficial, incluía outros conteúdos em que «pela natureza de sua doutrina se instrua o mesmo público sobre agricultura, comércio, navegação, e manufaturas». Com a fusão das duas folhas, e sendo já habitual a reprodução de excertos do *Diário do Governo* pela *Gazeta*, anunciou-se uma intenção clara de tornar a folha do governo «mais interessante, e mais digna desta ilustre nação» combinando um carácter oficial com um papel pedagógico.

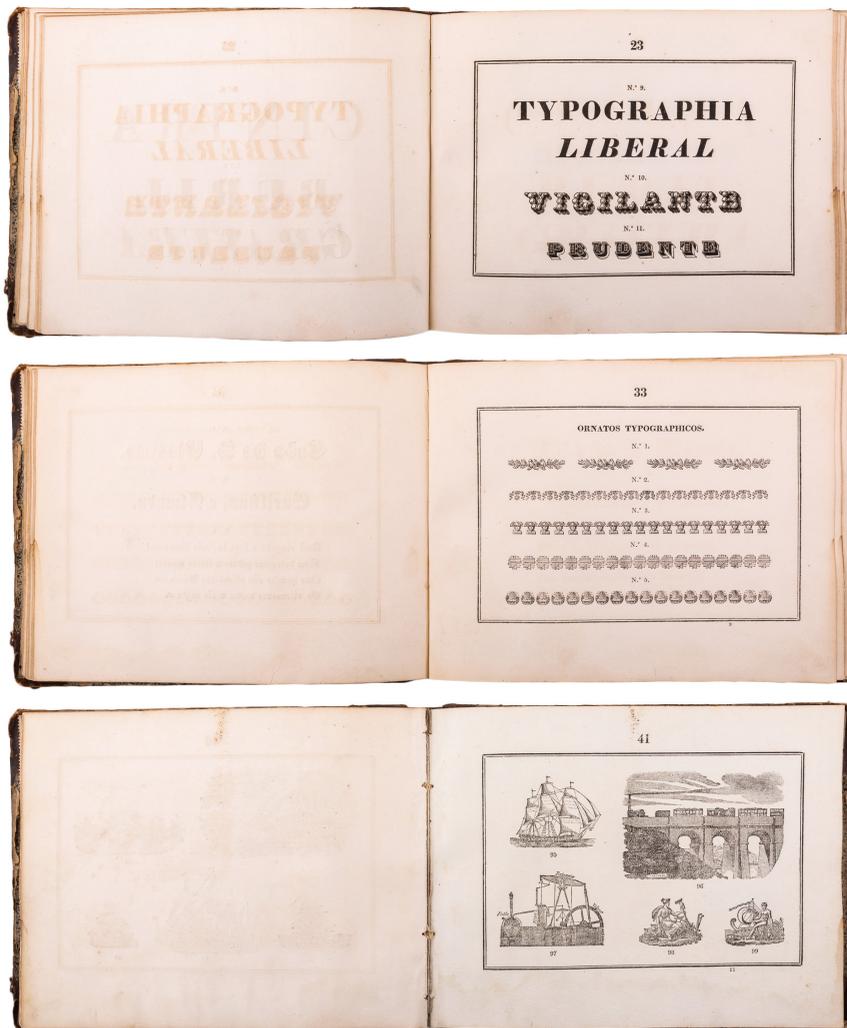
Prova de gravura representando Alexandre Herculano. Desenho de MC e gravura de Alberto. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Entre os redatores do jornal oficial, esteve Alexandre Herculano, entre janeiro e maio de 1838, que então publicou textos de opinião de referência, em pleno Setembrismo, e atravessando o processo de aprovação da nova Constituição.

## LETRAS, VINHETAS E ORNATOS

No final dos anos 30 do século XIX, a Imprensa Nacional alargou a oferta de tipos da sua Fundição. No relatório submetido ao ministro do Reino, em março de 1837, o administrador geral tinha reforçado o papel da fábrica de letra, onde se fundia grande parte do tipo consumido à escala nacional, motivo bastante para que se desse maior apoio à Imprensa Nacional. A Fundição permitia também estimular a exploração mineira, reduzindo custos com matérias-primas estrangeiras e promovendo a indústria nacional, designadamente com a continuação da extração de antimónio na mina de Valongo. Nesta altura foram encomendados novos modelos de tipos franceses, com vista ao fabrico na Fundição da Imprensa, introduzindo assim novas coleções e alargando a variedade de oferta. Em 1838 foi finalmente publicado o primeiro catálogo da Fundição da Imprensa Nacional, contendo as *Provas dos Diversos Typos, Vinhetas e Ornatos Typographicos*.



*Provas dos Diversos Typos, Vinhetas e Ornatos typographicos da Imprensa Nacional, 1838. Primeiro catálogo da Fundição da Imprensa Nacional, impresso em 1838, em papel poroso de fabrico manual. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.*

Este espécime reuniu 90 páginas de tipos de letra, incluindo Breviário, Breviário Grosso, *Interduo*, Leitura e Parangona, coleções de grego, árabe e hebraico, além de uma vasta oferta de colchetes, vinhetas e emblemas. Com o seu primeiro catálogo, a Fundação da Imprensa iniciou um novo ciclo de vida, apresentando um desenho moderno de tipos serifados, correspondente ao estilo Didone, e deixando definitivamente para trás as letras setecentistas desenvolvidas por Villeneuve e Belinque.

## Datas importantes:

<b>1801-1810</b>	A Impressão Régia é administrada por uma Junta Económica e Administrativa e Literária.
<b>1802</b>	São adquiridos os primeiros prelos em ferro do sistema inglês <i>Stanhope</i> .
<b>25 janeiro de 1802</b>	Criação formal da Escola de Gravura sob direção do artista e gravador Francesco Bartolozzi.
<b>15 de julho de 1802</b>	É constituída uma fábrica de papel em Alenquer. Foi parcialmente destruída durante as invasões francesas.
<b>19 de abril de 1803</b>	Decreto que concede à Impressão Régia vários exclusivos de impressão, incluindo passaportes, bilhetes para compra de vinhos e outros géneros, apólices de seguros de mar e terra, editais, documentos das repartições e notícias.
<b>19 de novembro de 1807</b>	<b>Primeira invasão francesa.</b> Durante a ocupação, a Impressão Régia passa a designar-se Impressão Imperial e Real.
<b>1810</b>	Na fundição de tipos, inicia-se a gravação de punções e justificação de tipos.
<b>[agosto de 1814-junho de 1815]</b>	As oficinas do Real Arsenal do Exército fabricam 12 novos prelos de ferro e bronze, segundo o modelo <i>Stanhope</i> , para utilização na Impressão Régia.
<b>24 de agosto de 1820</b>	<b>Revolução Liberal.</b>
<b>1 de janeiro de 1821</b>	A Impressão Régia passa a denominar-se Imprensa Nacional. No período miguelista retoma a designação anterior, só estabilizando em 1833.
<b>14 de julho de 1821</b>	<b>Decreto que regula, pela primeira vez, a liberdade de imprensa em Portugal.</b>
<b>9 de março de 1824</b>	Exclusivo de impressão da legislação.
<b>14 de maio de 1826</b>	Exclusivo da impressão e venda da Carta Constitucional.
<b>10 de outubro de 1832</b>	Fim do privilégio de fabrico das cartas de jogar.

---

<b>1834</b>	<b>Fim da Guerra Civil, entre liberais e absolutistas.</b>
<b>Outubro de 1835</b>	Publicação do <i>Jornal Mensal de Educação</i> . Foi o primeiro do género no País, fundado e dirigido pelo Administrador-Geral da Imprensa Nacional.
<b>Julho de 1837</b>	Criação da Oficina de Litografia.
<b>1838</b>	Primeiro catálogo de tipos, vinhetas e ornatos tipográficos fundidos na tipografia da Imprensa Nacional.

---

## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

### I. ARQUIVOS

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Colégio dos Nobres

Ministério do Reino

Real Mesa Censória

Imprensa Nacional – Casa da Moeda / Arquivo Histórico da Imprensa Nacional

### 2. BIBLIOGRAFIA

CANHÃO, Manuel, *Os Caracteres da Imprensa e a Sua Evolução Histórica, Artística e Económica em Portugal*, Grémio dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, Lisboa, 1941.

CANAVEIRA, Rui, *História das Artes Gráficas*, vol. II, *A Revolução Industrial e a Indústria Gráfica*, Porto, Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel, 1996.

COSTA, Henrique Ferreira, *A Imprensa Nacional de Lisboa. 1768-1945 (Breve Notícia Histórica)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1945.

GRAÇA, Renato da Silva, *Breve História da Litografia: Sua Introdução e Primeiros Passos em Portugal*, Lisboa, Litografia de Portugal, 1968.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, *O Essencial sobre o Diário da República*, [s. l.], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017.

TENGARRINHA, José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa — Das Origens a 1865*, Círculo de Leitores/Temas e Debates, Lisboa, 2013.

N 2510

© N I M P R E N S A  
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.